



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0188892-22.2012.8.17.0001 (0317044-9)

RECORRENTE: IRH – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (SASSEPE)

PROCURADOR: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

RECORRIDO: Hilda Barros de Santana

ADVOGADO: Dayanne Cristine Alves de Macêdo PE034033

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: DIREITOS HUMANOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO À VIDA E A SAÚDE. FONECIMENTO ASSISTÊNCIA DOMICILIAR. HOME CARE. TRATAMENTO ESSENCIAL À SAÚDE DA AUTORA. SASSEPE. IMPROVIDO O RECURSO DE AGRAVO.

-Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação Cível interposto pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco contra decisão terminativa, fls. 197/198, que negou seguimento a Apelação n. 0317044-9, ante o seu manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal.

-O recorrente, em suas razões (fls. 211/213), afirma que a decisão não se adequa às hipóteses autorizadoras de julgamento monocrático. Sustenta que os poderes outorgados ao relator apenas podem ser exercidos nos estritos moldes e limites do art.557 do CPC. Ou seja, caberá ao relator a tarefa de realizar o cotejo entre a norma criada anteriormente pelo colegiado e o caso que é apresentado. Todavia, informa que este Tribunal de Justiça não possui jurisprudência ou súmula firmada no presente caso, mas sim, para casos análogos, similares.

-Deflui do cotejo dos autos que a parte autora é portadora de PARALISIA SUPRANUCLEAR PROGRESSIVA, com diagnóstico de infecção hospitalar, motivo pelo qual foi solicitado o internamento domiciliar (Home Care), ora pleiteado.

-Ressalta-se que, consoante observado nos autos, a própria assistência médica da parte autora recomendou a alta quanto à internação hospitalar, passando a prescrever o tratamento pelo sistema de "home care", como alternativa ao ambiente hospitalar, com o fito de evitar infecções hospitalares observáveis em situações de internação hospitalar por longos períodos.

-É cediço que, naqueles casos em que comprovada a necessidade do fornecimento de tratamento essencial à saúde do cidadão, cumpre ao Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde.

-Pois bem, ainda que se trate de situação jurídica diversa, posto que o pleito da autora baseia-se na relação jurídica que a mesma mantém com o SASSEPE, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos seus Servidores e dependentes, o fornecimento do tratamento pleiteado.

-Ora, mesmo naqueles casos em que não há contraprestação, cabe ao Estado, consoante entendimento consolidado neste Tribunal, o fornecimento de tratamento perseguido, tanto que, acerca do tema, foi aprovado enunciado sumular (Súmula 18 do TJPE), máxime no caso em apreço, em que a beneficiária contribui mês a mês para a manutenção do SASSEPE, com vistas, obviamente, à obtenção de contraprestação necessária e suficiente, no momento em que precisa.

-No mais, constata-se ser entendimento consolidado nesta Câmara de Direito Público que a amplitude da cobertura ofertada pelo SASSEPE não deve ser minorada ao alvedrio da Administração do Plano, mediante argumentos genéricos e indicativos de carência de recursos.

-Assim, mesmo que o SASSEPE esteja atrelado a um regime jurídico diverso dos seguros-saúde de direito privado, encontra-se, pela própria natureza do serviço prestado, obrigado a contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos da parte recorrente não podem se sobrepor ao direito à saúde da parte recorrida.

-Nesta senda, ainda que o art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 30/2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, estabeleça que a assistência à saúde será prestada com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, bem como que a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

procedimentos definidos em resolução do CONDASPE, entendo que o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (IRH) está obrigado ao fornecimento do tratamento pleiteado.

-Por fim, destaca-se não se tratar de ingerência indevida do Poder Judiciário em atribuição discricionária do Poder Público como pontuou o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (IRH), posto que a obrigação de fornecer tratamento à recorrida decorre da lei, o que justifica a atuação deste Poder com vistas à coibição de atos arbitrários.

-De outra partida, configuraria deslealdade contratual e inobservância da regra da *pacta sunt servanda*, abominável aos olhos do novo Código Civil (considerada a sua cláusula geral da boa-fé), restringir o benefício em comento em favor da Sra. Hilda Barros de Santana (contratante), expresso no tratamento médico domiciliar HOME CARE oferecido pelo SASSEPE (contratada), pela simples alegação de escassez de recursos e/ou sua limitação, quando não há transparência quanto a tão comentada amplitude financeira dos recursos auferidos pelo próprio IRH-PE.

-O que temos com bastante clareza é que o quadro da paciente, ora parte recorrida, é bastante grave e não sugere a dispensa dos serviços do sistema hospitalar domiciliar "home care", cujo fito é o de mitigar as chances de a paciente contrair infecção hospitalar, o que levaria a mesma a óbito, considerada a debilidade de seu estado de saúde e o fato de que a permanência prolongada de paciente em hospitais públicos e/ou privados favorece a ocorrência de novas infecções e o consequente agravamento do seu quadro clínico.

-Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível n.0317044-9, em que figura como recorrente o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco e como recorrida Hilda Barros de Santana.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22/05/14

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

322
dk

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0188892-22.2012.8.17.0001 (0317044-9)

RECORRENTE: IRH – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (SASSEPE)

PROCURADOR: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

RECORRIDO: Hilda Barros de Santana

ADVOGADO: Dayanne Cristine Alves de Macêdo PE034033

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação Cível interposto pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco contra decisão terminativa, fls. 197/198, que negou seguimento a Apelação n. 0317044-9, ante o seu manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal.

O recorrente, em suas razões (fls. 211/213), afirma que a decisão não se adequa às hipóteses autorizadoras de julgamento monocrático. Sustenta que os poderes outorgados ao relator apenas podem ser exercidos nos estritos moldes e limites do art. 557 do CPC. Ou seja, caberá ao relator a tarefa de realizar o cotejo entre a norma criada anteriormente pelo colegiado e o caso que é apresentado. Todavia, informa que este Tribunal de Justiça não possui jurisprudência ou súmula firmada no presente caso, mas sim, para casos análogos, similares.

Por derradeiro, pugna pela reforma da decisão que negou seguimento ao apelo.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

VOTO

Através de decisão monocrática proferida na Apelação, fls. 197/198, foi negado seguimento ao recurso em razão do mesmo encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal de Justiça, estando a decisão lançada nestes termos:

XX

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

O recorrente alega que o caso não se adequa às hipóteses de julgamento do art. 557 do CPC, visto que este Tribunal de Justiça não possui qualquer jurisprudência ou súmula firmada no presente caso, ou seja, fornecimento de assistência médica domiciliar (Home Care).

Deflui do cotejo dos autos que a parte autora é portadora de PARALISIA SUPRANUCLEAR PROGRESSIVA, com diagnóstico de infecção hospitalar, motivo pelo qual foi solicitado o internamento domiciliar (Home Care), ora pleiteado.

Ocorre que, como encontrado nos autos, a família envidou esforços, atendendo a orientação médica, para obter o serviço HOME CARE do plano de saúde SASSEPE, vindo a obter a prestação em comento apenas por decisão judicial.

Portanto, estamos diante de situação fática que registrou expressa recomendação médica para remoção da paciente do ambiente hospitalar para sua residência, sob os cuidados do que se convencionou chamar atendimento hospitalar domiciliar ou HOME CARE.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Ressalta-se que, consoante observado nos autos, a própria assistência médica da parte autora recomendou a alta quanto à internação hospitalar, passando a prescrever o tratamento pelo sistema de "home care", como alternativa ao ambiente hospitalar, com o fito de evitar infecções hospitalares observáveis em situações de internação hospitalar por longos períodos.

É cediço que, naqueles casos em que comprovada a necessidade do fornecimento de tratamento essencial à saúde do cidadão, cumpre ao Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde.

Pois bem, ainda que se trate de situação jurídica diversa, posto que o pleito da autora baseia-se na relação jurídica que a mesma mantém com o SASSEPE, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos seus Servidores e dependentes, o fornecimento do tratamento pleiteado.

Ora, mesmo naqueles casos em que não há contraprestação, cabe ao Estado, consoante entendimento consolidado neste Tribunal, o fornecimento de tratamento perseguido, tanto que, acerca do tema, foi aprovado enunciado sumular (Súmula 18 do TJPE), máxime no caso em apreço, em que a beneficiária contribui mês a mês para a manutenção do SASSEPE, com vistas, obviamente, à obtenção de contraprestação necessária e suficiente, no momento em que precisa.

No mais, constatei ser entendimento consolidado nesta Câmara de Direito Público que a amplitude da cobertura ofertada pelo SASSEPE não deve ser minorada ao alvedrio da Administração do Plano, mediante argumentos genéricos e indicativos de carência de recursos.

Assim, mesmo que o SASSEPE esteja atrelado a um regime jurídico diverso dos seguros-saúde de direito privado, encontra-se, pela própria natureza do serviço prestado, obrigado a contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos da parte recorrente não podem se sobrepor ao direito à saúde da parte recorrida.

Nesta senda, ainda que o art. 14¹ da Lei Complementar Estadual nº 30/2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, estabeleça que a assistência à saúde será prestada com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, bem como que a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de procedimentos definidos em resolução do CONDASPE, entendo que o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (IRH) está obrigado ao fornecimento do tratamento pleiteado.

Por fim, destaco não se tratar de ingerência indevida do Poder Judiciário em atribuição discricionária do Poder Público como pontuou o Instituto de Recursos Humanos de

¹ Art. 14 - A assistência à saúde de que trata esta Lei Complementar será prestada aos beneficiários titulares e dependentes inscritos no SASSEPE, com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, e, na condição de gestor, para custeio do Sistema e aplicados na forma prevista nesta Lei Complementar para:

I - assistência médica preventiva, compreendendo, dentre outras, a profilaxia das doenças transmissíveis, educação sanitária e higiene do trabalho;

II - tratamento hospitalar nas diversas especialidades médicas; e,

III - tratamento ambulatorial em clínica médica, odontológica, cirúrgica e outras especializadas.

§ 1º - O tratamento hospitalar será preferencialmente prestado através do Hospital dos Servidores do Estado - HSE e de suas agências regionais e ambulatoriais, nos termos do regulamento desta Lei Complementar, por outras unidades hospitalares integrantes do SASSEPE ou a ele conveniadas garantido-se o atendimento ambulatorial e de internamento geriátrico.

§ 2º - Observado o disposto no caput deste artigo, a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de procedimentos definidos em resolução do CONDASPE.

§ 3º - Os programas de assistência à saúde do SASSEPE serão periodicamente revistos pelo CONDASPE, devendo, respeitado sempre o equilíbrio atuarial, computar a co-participação contraprestacional de seus beneficiários.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Pernambuco (IRH), posto que a obrigação de fornecer tratamento à recorrida decorre da lei, o que justifica a atuação deste Poder com vistas à coibição de atos arbitrários. Nesse sentido é o julgado deste Tribunal, com o qual corroboro:

ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SASSEPE. COBERTURA. AMPLITUDE. TRATAMENTO DE SAÚDE. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME. INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. 1.O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE - não deve negar-se a custear necessário tratamento de saúde com base em argumentos genéricos de falta de possibilidade de cobertura e abrangência. 2.A determinação de custeio de tratamento de saúde de servidor público que aderiu ao SASSEPE, pagando as prestações correspondentes ao referido plano, não constitui ingerência indevida do Poder Judiciário. 3.Agravo de instrumento a que se nega provimento de forma unânime. 4.Decisão unânime. Agravo de Instrumento 0000610-08.2009.8.17.0000(181469-9). 7ª Câmara. Relator Fernando Cerqueira. Julgado em 23/03/2010.

De outra partida, configuraria deslealdade contratual e inobservância da regra da *pacta sunt servanda*, abominável aos olhos do novo Código Civil (considerada a sua cláusula geral da boa-fé), restringir o benefício em comento em favor da Sra. Hilda Barros de Santana (contratante), expresso no tratamento médico domiciliar HOME CARE oferecido pelo SASSEPE (contratada), pela simples alegação de escassez de recursos e/ou sua limitação, quando não há transparência quanto a tão comentada amplitude financeira dos recursos auferidos pelo próprio IRH-PE.

O que temos com bastante clareza é que o quadro da paciente, ora parte recorrida, é bastante grave e não sugere a dispensa dos serviços do sistema hospitalar domiciliar "home care", cujo fito é o de mitigar as chances de a paciente contrair infecção hospitalar, o que levaria a mesma a óbito, considerada a debilidade de seu estado de saúde e o fato de que a permanência prolongada de paciente em hospitais públicos e/ou privados favorece a ocorrência de novas infecções e o conseqüente agravamento do seu quadro clínico.

Assim, esta Relatoria não observou qualquer dispositivo que torne defeso o internamento hospitalar domiciliar. Acrescente-se a esta realidade o fato de que a paciente, ora recorrida, preenche de forma inquestionável os requisitos para que lhe seja concedido o benefício do internamento domiciliar requerido.

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível n.0317044-9. É como voto.

Recife, 22/05/14

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator